

**Parecer nº 123/99**

Data: 1999.07.28

Processo nº 568

**Requerente:** Escola E, B, 2º e 3º Ciclos de Vale de Cambra

**Assunto:** **Pedido de parecer da C. E. Instaladora da Escola E. B. 2º e 3º Ciclos de Vale de Cambra, sobre o direito de acesso às Actas dos Conselhos Disciplinares por parte da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas EB 2.3 e Secundária de Vale de Cambra.**

**1. O Pedido**

A Presidente da C. E. Instaladora da Escola E. B. 2º e 3º Ciclos de Vale de Cambra solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre o pedido de fotocópias das Actas dos Conselhos Disciplinares em que esteve representada a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas EB 2,3 e Secundária de Vale de Cambra.

**2. Apreciação**

Às Associações de Pais e Encarregados de Educação, constituídas nos termos do Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 80/99, de 16 de Março, são conferidos, entre outros, os direitos de *“participar, nos termos da lei, na administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino”*.

O Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, reconhece o direito dos pais e alunos participarem na vida da escola.

O Decreto-Lei nº 270/98, de 01 de Setembro, vem definir o estatuto dos alunos dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, estabelecendo os respectivos direitos e deveres gerais e consagrando um código de conduta que contempla regras de convivência e de disciplina que devem ser conhecidas e observadas por todos os elementos da comunidade educativa.

O mesmo Decreto-Lei nº 270/98, no âmbito das medidas educativas disciplinares, define o seu Enquadramento (artigos 12º a 20º), as Competências (artigos 21º a 25º), o Procedimento Disciplinar (artigos 26º a 30º) e a Execução e Recursos (artigos 31º a 34º).

No que se refere ao procedimento disciplinar, o artigo 28º do referido Decreto-Lei nº 270/98, de 01 de Setembro, releva a importância do Conselho de Turma Disciplinar, presidido pelo presidente do Conselho Executivo ou Director da Escola e composto pelos professores da turma, delegado e subdelegado dos alunos da turma, um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma e um representante da associação de pais e encarregados de educação, conferindo-lhes o direito de emitir parecer sobre o relatório do instrutor do processo disciplinar e formular a proposta a que se refere o nº 3 do artigo 17º, em procedimento que configure a aplicação da medida educativa disciplinar de actividades de integração na comunidade educativa.

No que se refere à Execução e Recursos, o artigo 32º - relativo ao Processo Individual do aluno - diz claramente que:

- *São registados no processo individual os elementos relevantes no percurso educativo do aluno, designadamente comportamentos meritórios e condutas perturbadoras - com menção de medidas educativas disciplinares aplicadas e respectivos efeitos, incluindo subsequentes melhorias de comportamento -, não podendo estas últimas constar de qualquer outro registo.*

- *Os elementos contidos no processo individual referentes a medidas educativas disciplinares bem como os de natureza pessoal ou relativos à família, são confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os elementos da comunidade educativa que a eles tenham acesso.*
- *O processo individual acompanha o aluno ao longo do seu percurso escolar e é devolvido ao encarregado de educação ou ao aluno, sendo maior, no termo da escolaridade obrigatória ou, não se verificando interrupção no prosseguimento de estudos, aquando da conclusão do ensino secundário.*

Do exposto fica claro que, sem pôr em causa o direito de participação das Associações de Pais e Encarregados de Educação na vida da Escola, o legislador quis deixar salvaguardado o direito dos alunos e seus encarregados de educação ao seu processo individual.

Inclusivamente, o nº 3 do artigo 32º do Decreto-Lei nº 270/98 não deixa quaisquer dúvidas quando refere que “os elementos contidos no processo individual referentes a medidas educativas disciplinares bem como os de natureza pessoal ou relativos à família, são confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os elementos da comunidade educativa que a eles tenham acesso”.

Ora, os Conselhos Disciplinares, onde marcam presença as Associações de Pais e Encarregados de Educação, reúnem para apreciar o(s) relatório(s) do instrutor do(s) processo(s) disciplinar(es) movido(s) a aluno(s) do Estabelecimento de Ensino donde constam todas as informações relativas aos acontecimentos que deram origem ao processo.

Por último, convém referir que, à luz da Lei Nº 65/93 - LADA, as Actas dos Conselhos Disciplinares são documentos nominativos já que contêm dados pessoais, ou seja, informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade de vida privada.

### **3. Parecer**

Pelas razões atrás expostas somos de parecer que não podem ser facultadas às Associações de Pais e Encarregados de Educação, fotocópias das actas dos Conselhos disciplinares

Lisboa, 28 de Julho de 1999

*Gameiro dos Santos* (Relator) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *José Renato Gonçalves* – *Castro Martins* (Presidente)